



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi
Centro Leste RS (anteriormente denominada
Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Centro Leste - Sicredi Centro
Leste RS)**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS

Cachoeira do Sul / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS) (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 01 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS, anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: i) Programa A União Faz a Vida: Através do fortalecimento do diálogo, da escuta das necessidades e demandas dos gestores, apoiamos na construção de soluções, na organização de ferramentas digitais para aulas on-line e ou remotas, oferecendo suporte técnico emocional, e valorizando o esforço dos professores, das famílias e dos alunos neste momento de adaptação. Com ações fortalecedoras de vínculos familiares e especialmente, o vínculo família-escola. O Programa a União Faz a Vida projeta sua visão de mundo e sua compreensão sobre o modo de organização econômica e social que deseja afirmar, por meio da consolidação e do fortalecimento dos princípios de Cooperação e Cidadania na sociedade. Neste sentido, propõe o desenvolvimento de projetos cooperativos no âmbito da Educação Básica, de maneira a oferecer efetivas oportunidades de desenvolvimento integral para crianças e adolescentes. ii) Cooperativas Escolares: Nas cooperativas escolares, os estudantes são os protagonistas do aprendizado, que acontece com o envolvimento da comunidade escolar, onde todas as ações são oportunidades de aprendizado e os temas do currículo escolar estão presentes. Os estudantes desenvolvem habilidades de liderança, comunicação, pensamento lógico, empreendedorismo social, inclusão social, organização, curiosidade, negociação e participação. Mesmo com o afastamento social, a cooperativa continuou a mobilização de professores e cooperados, através de ações realizadas na modalidade online onde, o principal objetivo dos encontros foi mobilizar, conectar e estimular os cooperados a manter a cooperação e as cooperativas ativas, neste período de desafios.

iii) Programa Crescer Mulher: desenvolvido desde 2019, o Programa Crescer Mulher visa promover a participação das associadas no dia a dia da Cooperativa, incentivando o empreendedorismo e o protagonismo feminino na sociedade. Durante a pandemia, foi promovida uma série de encontros online com o objetivo de aproximar e fortalecer o relacionamento com as associadas, apoiando-as neste momento desafiador. Os encontros contaram com a presença de especialistas que abordaram temas como: a compreensão dos sentimentos frente a perspectiva de imprevisibilidade, a conexão integral consigo e com a natureza, como empreender no novo normal, inovação e identificação de oportunidades frente a crise e os atributos da liderança feminina. iv) Programa Cooperação na Ponta do Lápis: direciona ao desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuamos e, como fica evidenciado pelos pilares do Cooperativismo de Crédito, a Educação tem um papel fundamental nesse cenário. Buscando atender a missão do programa, mesmo com a pandemia, foram desenvolvidas ações na modalidade online para levar a Educação Financeira às famílias e comunidades onde atuamos. v) Dia de Cooperar: a iniciativa reúne milhares de pessoas em todos os estados do país, e neste ano, devido a pandemia, as ações tiveram o objetivo de minimizar os impactos causados pela mesma. Na Cooperativa foram arrecadados agasalhos, alimentos, materiais de higiene e limpeza e, rações para cães e gatos. As doações foram entregues em entidades dos municípios da nossa área de atuação. vi) Ações Sociais: dentre as ações desenvolvidas para apoio ao enfrentamento da pandemia junto as comunidades estão a doação de materiais de higiene e desinfecção, doação de óleo de cozinha provenientes do Programa Recicle (iniciativa sustentável desenvolvida pela Cooperativa desde 2014 em parceria com a empresa Granol) às entidades beneficentes da área de atuação. Bem como a destinação de recursos financeiros aos hospitais da região.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos a ampliação dos horários de atendimento nas agências, a estabilidade na prestação dos serviços de atendimento aos associados em todas as agências da área de atuação durante a pandemia, mantendo todas as agências em funcionamento ativo durante o período, a disponibilização das linhas de crédito implementadas pelo Governo Federal para enfrentamento da mesma e de linhas de crédito da própria Cooperativa.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.082.055	776.468	PASSIVO		953.619	669.901
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	4.702	7.639	DEPÓSITOS	(Nota 12)	682.813	469.606
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.064.866	756.283	Depósitos à vista		127.076	74.712
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	7.393	11.310	Depósitos interfinanceiros		117.882	66.278
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	266.537	55.504	Depósitos a prazo		437.855	328.616
Centralização financeira	(Nota 04)	139.163	89.192	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		234.578	171.189
Relações interfinanceiras ativas		60	126	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	207.688	143.836
Operações de crédito	(Nota 07)	625.058	577.060	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	14.082	14.010
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	26.655	23.091	Obrigações por repasses	(Nota 15)	756	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(30.258)	(29.161)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	12.052	13.343
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	8.643	7.372	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	375	301
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	11.600	10.329	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	35.853	28.805
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	18.557	19.451				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	3.945	4.555	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	128.436	106.567
				CAPITAL SOCIAL		45.975	47.537
				RESERVAS DE SOBRAS		77.925	56.165
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		4.536	2.865
TOTAL DO ATIVO		1.082.055	776.468	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.082.055	776.468

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	41.628	86.647	86.445
Operações de crédito (Nota 07)	39.146	82.557	85.783
Resultado títulos e valores mobiliários	2.474	4.072	660
Resultado das aplicações compulsórias	8	18	2
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(14.155)	(30.600)	(39.968)
Operações de captação no mercado	(4.961)	(12.120)	(18.852)
Operações de empréstimos e repasses	(4.806)	(9.717)	(10.184)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(4.388)	(8.763)	(10.932)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.473	56.047	46.477
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(11.766)	(22.110)	(21.136)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	10.355	19.177	15.463
Rendas de tarifas bancárias	4.301	8.485	8.322
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(11.040)	(21.608)	(21.372)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(10.706)	(20.720)	(20.548)
Dispêndios e despesas tributárias	(188)	(535)	(653)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	3.512	7.932	13.348
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(8.000)	(14.841)	(15.696)
RESULTADO OPERACIONAL	15.707	33.937	25.341
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(21)	5	345
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	15.686	33.942	25.686
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(38)	(1.091)	(922)
Provisão para Imposto de Renda	(7)	(660)	(594)
Provisão para Contribuição Social	(31)	(431)	(328)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.858)	(3.612)	(2.998)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	13.790	29.239	21.766

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS

CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	43.889	40.754	178	1.515	86.336
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.458	-	-	(1.459)	(1)
Outras destinações	-	-	-	(56)	(56)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.245	-	-	-	2.245
Baixas de capital	(2.646)	-	-	-	(2.646)
Resultado do período	-	-	-	21.766	21.766
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(843)	(843)
Juros sobre o capital próprio	2.591	-	-	(2.657)	(66)
Reserva legal - Estatutária	-	12.641	-	(12.640)	1
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.255	-	(2.255)	-
Reserva de Expansão	-	-	337	(337)	-
Devolução SFG	-	-	-	(169)	(169)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	47.537	55.650	515	2.865	106.567
Mutações do Período	3.648	14.896	337	1.350	20.231
Saldos no início do período em 01/01/2020	47.537	55.650	515	2.865	106.567
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(2.785)	(2.785)
Outras destinações	-	-	-	(80)	(80)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.409	-	-	-	1.409
Baixas de capital	(2.971)	-	-	-	(2.971)
Resultado do período	-	-	-	29.239	29.239
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.334)	(1.334)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.342)	(1.342)
Reserva legal - Estatutária	-	20.011	-	(20.011)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.215	-	(1.215)	-
Reserva de Expansão	-	-	534	(534)	-
Devolução SFG	-	-	-	(267)	(267)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	45.975	76.876	1.049	4.536	128.436
Mutações do Período	(1.562)	21.226	534	1.671	21.869
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	46.888	55.650	515	15.449	118.502
Capital de associados					
Aumento de capital	836	-	-	-	836
Baixas de capital	(1.749)	-	-	-	(1.749)
Resultado do período	-	-	-	13.790	13.790
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.334)	(1.334)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.342)	(1.342)
Reserva legal - Estatutária	-	20.011	-	(20.011)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.215	-	(1.215)	-
Reserva de Expansão	-	-	534	(534)	-
Devolução SFG	-	-	-	(267)	(267)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	45.975	76.876	1.049	4.536	128.436
Mutações do Período	(913)	21.226	534	(10.913)	9.934

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

	01/07/2020 a 31/12/2020	(Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	15.177		33.461	29.460
Resultado do semestre/exercício	13.790		29.239	21.766
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.387		4.222	7.694
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(108)		1.097	5.620
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	-		-	(4)
Depreciação e amortização	1.710		3.245	2.876
Baixas do ativo permanente	1.041		1.140	447
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	78		74	(402)
Destinações ao FATES	(1.334)		(1.334)	(843)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	184		23.761	(45.216)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	5.725		3.917	(5.889)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(43.428)		(211.033)	(55.504)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.189		66	(74)
(Aumento) em operações de crédito	(102.120)		(47.998)	(178.728)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	54.731		63.852	46.826
(Aumento) em outros ativos financeiros	(5.399)		(3.564)	(6.408)
(Aumento) em outros ativos	(1.284)		(1.271)	(565)
Aumento em depósitos	78.612		213.207	130.563
Aumento (Redução) em passivos financeiros	700		(1.291)	1.538
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(86)		828	14.010
Absorção de dispêndios pelo FATES	(81)		(321)	(636)
Aumento em outros passivos	9.625		7.369	9.651
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	15.361		57.222	(15.756)
Aquisição de investimentos	(1.271)		(1.271)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(1.214)		(2.066)	(6.858)
Aplicações no intangível	(455)		(815)	(533)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(2.940)		(4.152)	(7.391)
Integralização de capital	836		1.409	2.245
Baixa de capital	(1.749)		(2.971)	(2.646)
Juros ao capital próprio	(1.342)		(1.342)	(66)
Distribuição de Sobras	-		(2.865)	(56)
Devolução SFG	(267)		(267)	(169)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(2.522)		(6.036)	(692)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	9.899		47.034	(23.839)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	133.966		96.831	120.670
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	143.865		143.865	96.831

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)
Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	13.790	29.239	21.766
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	13.790	29.239	21.766

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS ("Cooperativa"), anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS, é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 10/02/1982 e sede situada na Rua Saldanha Marinho, 825, na cidade de Cachoeira do Sul - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 16 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	4.702	7.639
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	139.163	89.192
Total	143.865	96.831

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiaidas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	355	7.038	7.393	11.310
Total	-	355	7.038	7.393	11.310
Total circulante				355	1.324
Total não circulante				7.038	9.986

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirencia e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Cotas de fundos de renda fixa	75.786	-	-	75.786	55.504
Cotas de fundos multimercado	190.751	-	-	190.751	-
Total	266.537	-	-	266.537	55.504
Total circulante				266.537	55.504

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020					31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Empréstimos e títulos descontados	2.976	39.192	108.281	223.559	374.008	363.518	
Financiamentos	58	5.824	31.020	46.940	83.842	65.949	
Financiamentos rurais e agroindustriais	45	3.734	91.545	71.884	167.208	147.593	
Total das operações de crédito	3.079	48.750	230.846	342.383	625.058	577.060	
Avais e fianças honrados	46	-	-	1	47	67	
Devedores por compra de valores e bens	3	7	613	1.168	1.791	2.724	
Títulos e créditos a receber	-	16.177	5.698	12	21.887	18.097	
Total de outros créditos	49	16.184	6.311	1.181	23.725	20.888	
Carteira total	3.128	64.934	237.157	343.564	648.783	597.948	

Total circulante	305.219	323.416
Total não circulante	343.564	274.532

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	8.368	51	-	-
A	0,50	185.754	188.073	927	940
B	1,00	255.164	210.693	2.550	2.107
C	3,00	110.016	108.123	3.298	3.244
D	10,00	62.365	60.717	6.213	6.072
E	30,00	8.844	12.022	2.653	3.607
F	50,00	5.315	8.287	2.658	4.144
G	70,00	3.327	3.822	2.329	2.675
H	100,00	9.630	6.160	9.630	6.160
Total		648.783	597.948	30.258	28.949

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 212).

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 74.284 (dezembro de 2019 - R\$ 64.654) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 1.698 (dezembro de 2019 - R\$ 2.273) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020					31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Pessoas físicas	2.277	30.118	78.229	126.338	236.962	226.028	
Rural	45	3.734	91.545	71.884	167.208	147.593	
Industrial	82	1.689	3.194	8.353	13.318	13.670	
Comércio	381	12.785	29.792	60.523	103.481	99.767	
Outros serviços	343	16.608	34.397	76.466	127.814	110.890	
Total	3.128	64.934	237.157	343.564	648.783	597.948	

Total circulante	305.219	323.416
Total não circulante	343.564	274.532

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	60.702	9,36	46.640	7,80
50 devedores seguintes	122.106	18,82	111.034	18,57
100 devedores seguintes	102.336	15,77	94.276	15,77
Demais	363.639	56,05	345.998	57,86
Total	648.783	100,00	597.948	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	29.161	23.541
Constituição de provisão	24.675	26.790
Reversão de provisão	(15.912)	(15.858)
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.666)	(5.312)
Saldo final	30.258	29.161

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	27.182	59.852	64.875
Financiamentos	3.850	7.887	6.024
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.177	10.681	9.890
Outros	24	51	64
Subtotal	36.233	78.471	80.853
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	2.913	4.086	4.930
Total	39.146	82.557	85.783

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 15.254 (2019 - R\$ 41.821).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	21.887	18.097
Rendas a receber	1.401	1.032
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.791	2.724
Créditos específicos	-	214
Avais e fianças honrados (Nota 07)	47	67
Operações com cartões	1.097	532
Devedores por depósitos em garantia	432	425
Total	26.655	23.091

Total circulante	25.042	20.808
Total não circulante	1.613	2.283

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	6.434	5.225
Adiantamentos e antecipações salariais	154	72
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	168	134
Adiantamentos para Confederação Sicredi	528	603
Impostos e contribuições a compensar	22	15
Cotas de consórcio	665	591
Pendências a regularizar	326	140
Outros	346	592
Total circulante	8.643	7.372

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	6.418	5.156
Imóveis	6.096	4.405
Veículos e afins	-	351
Máquinas e equipamentos	322	400
Despesas antecipadas	16	68
Total circulante	6.434	5.224

Despesas antecipadas	-	1
Total não circulante	-	1

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	5.763	5.432
Sicredi Participações S.A.	5.835	4.895
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras ações e cotas	1	1
Total	11.600	10.329

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	1.891.680 ON	1.586.634 ON	1	1	5.762.645	5.432.178
	3.943.415 PN	3.307.902 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,50%	0,46%	0,62%	0,62%	1,42%	1,39%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	5.835	4.895	1	1	5.763	5.432

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	27.623	(9.066)	18.557	19.451
Imobilizações em curso	-	-	-	-	1.394
Terrenos	-	3.498	-	3.498	2.525
Edificações	4%	7.580	(739)	6.841	7.972
Instalações	10%	4.222	(2.446)	1.776	1.188
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.488	(625)	1.863	1.209
Móveis e equipamentos	10%	4.264	(2.061)	2.203	2.364
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	792	(522)	270	287
Equipamentos de processamento de dados	20%	3.964	(2.365)	1.599	1.720
Veículos	20%	815	(308)	507	792
Intangível		11.471	(7.526)	3.945	4.555
Investimentos Confederação		11.440	(7.515)	3.925	4.531
Outros ativos intangíveis		31	(11)	20	24

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	127.076	-	-	127.076	74.712
Depósitos interfinanceiros	43.414	70.676	3.792	117.882	66.278
Depósitos a prazo	9.300	30.739	397.816	437.855	328.616
Total	179.790	101.415	401.608	682.813	469.606
Total circulante				281.205	108.960
Total não circulante				401.608	360.646

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	207.688	143.836
Total	207.688	143.836

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.538	94.907	67.147	165.592	143.836
Total - Recursos do Crédito Rural	3.538	94.907	67.147	165.592	143.836
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.242	7.322	30.532	42.096	-
Total - Outros Recursos	4.242	7.322	30.532	42.096	-
Total	7.780	102.229	97.679	207.688	143.836
Total circulante				110.009	95.421
Total não circulante				97.679	48.415

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/09/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	80	14.002	14.082	14.010
Total	-	80	14.002	14.082	14.010
Total circulante				80	8
Total não circulante				14.002	14.002

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasse no País	31/12/2020			Total	31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
BNDES	77	230	449	756	-
Total	77	230	449	756	-

Total circulante	307	-
Total não circulante	449	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 26/06/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.698	2.273
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	8.682	354
Recursos em trânsito de terceiros	1.672	2.159
Total circulante	12.052	4.786

Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	-	8.557
Total não circulante	-	8.557

Total	12.052	13.343
--------------	---------------	---------------

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	260	260
Cível	Provável	115	41
Total não circulante		375	301

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	260	-	-	260
Cível	41	114	(40)	115
Total não circulante	301	114	(40)	375

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.250; R\$ 1.768; R\$ 133 (dezembro de 2019 - R\$ 0, R\$ 386 e R\$ 133), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	21.354	17.037
Provisão para pagamentos a efetuar	1.856	1.832
Cotas de capital a pagar	2.139	1.803
Provisão para participações nos lucros	3.709	3.099
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.855	843
Demais fundos constituídos	267	169
Impostos e contribuições a recolher	1.522	1.271
Cretores diversos	2.026	1.982
Cobrança e arrecadação de tributos	1	154
Pendências a regularizar	1.124	615
Total Circulante	35.853	28.805

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojaista.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	45.975	47.537
Total de associados	45.109	43.845

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ -1.562 (2019 - R\$ 3.648), sendo R\$ 0 (2019 - R\$ 4.049) via integralização de resultados e R\$ 1.409 (2019 - R\$ 2.245), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.971 (2019 - R\$ 2.646).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,86% em Conta Corrente, no montante de R\$ 1.342, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 75% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 2 % para a Reserva de Expansão, destinada as ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação;
- 1 % para o cumprimento de encargo em razão de recursos recebidos da SFG.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	33.942	25.686
Participação nas sobras	(3.612)	(2.998)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	30.330	22.688
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(12.132)	(9.075)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	10.467	7.024
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	537	1.063
Demais adições e exclusões previstas na legislação	37	25
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.091)	(922)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	7.393	11.310
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	266.537	55.504
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	139.163	89.192
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	1.176	878
Outros ativos (Nota 09)	528	617
Investimentos (Nota 10)	11.599	10.328
Intangível (Nota 11)	3.925	4.531
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	117.882	66.278
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	207.688	143.836
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	14.082	14.010
Outros passivos (Nota 17)	20.264	16.833
Principal e juros dívida subordinada (Nota 16)	8.682	8.911
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	4.072	660
Ingressos e receitas de prestação de serviços	6.657	4.983
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	3.178	8.162
Receita não operacional - Doação SFG	-	31
Despesas		
Operações de captação no mercado	2.209	2.480
Operações de empréstimos e repasses	9.701	10.184
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	632	1.929
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	7.145	7.375

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	311	0,24%	117
Depósitos a prazo	370	0,08%	158
Operações de crédito	4.322	0,69%	3.968

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	2.952	2.822

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	6.195	12.075	11.746
Benefícios	2.270	4.533	4.301
Encargos sociais	2.442	4.648	4.453
Treinamentos	133	352	872
Total	11.040	21.608	21.372

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	188	452	533
Aluguéis	1.077	2.267	2.102
Comunicação	486	948	1.073
Manutenção e conservação	667	1.414	1.682
Material de expediente	168	393	382
Processamento dados	438	873	576
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	1.389	2.358	1.625
Serviços do sistema financeiro	873	1.780	1.633
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	1.520	2.668	2.799
Serviços de vigilância e segurança	665	1.342	1.348
Serviços de transportes	724	1.521	1.687
Depreciação	907	1.820	1.701
Amortização (Rateio Confederação)	802	1.422	1.172
Amortização outros ativos intangíveis	1	3	3
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	81	321	696
Emolumentos e taxas diversas	77	104	271
Outras despesas administrativas	643	1.034	1.265
Total	10.706	20.720	20.548

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	81	321	636
Recuperação de encargos e despesas	180	443	839
Ingressos depósitos intercooperativos	1.180	2.918	7.904
Reversão de provisões operacionais	840	1.854	1.691
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	507	1.543	1.062
Reversão de provisões para passivos contingentes	24	40	888
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	216	216	-
Outras rendas operacionais	484	597	328
Total	3.512	7.932	13.348

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.115	3.492	3.580
Contribuições Cooperativistas	71	143	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	114	401	551
Contribuição Confederação Sicredi	2.858	5.473	5.414
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	286	522	500
Encargos da administração financeira	-	2	43
Repasso Administradora de Cartões	-	81	221
Provisões para garantias financeiras prestadas	447	967	1.510
Provisões para passivos contingentes	102	114	486
Outras provisões operacionais	674	1.301	1.266
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.112	1.872	1.154
Risco operacional	48	106	434
Juros e comissões	-	18	1
Outras despesas operacionais	173	349	405
Total	8.000	14.841	15.696

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	13.790	29.239	21.766
Eventos não recorrentes	-	-	31
Resultado recorrente	13.790	29.239	21.735

NOTA 27 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	74.244	64.591
Coobrigações em cessões de crédito	40	63
Total	74.284	64.654

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementadas por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	124.491	105.576
Nível I (NI)	124.491	102.012
Capital principal - CP	124.491	102.012
Capital social	45.975	47.537
Reservas de capital	77.925	56.165
Lucros acumulados	4.536	2.865
Ajustes Prudenciais	(3.945)	(4.555)
Nível II (NII)	-	3.565
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	-	3.565
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	697.993	630.384
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	753	1.316
Margem de Capital	59.173	38.070
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,84%	16,75%
Situação de Imobilização (Imob)	18.560	19.453
Índice de Imobilização (Imob / PR)	14,91%	18,43%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Gelson Carlos Bulegon
Diretor Executivo
CPF: 773.092.780-20

Rodrigo Favareto
Diretor de Operações
CPF: 961.878.080-53

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20